

IMPACTOS DA AMBIVALÊNCIA FUNCIONAL DOS SARGENTOS E SUBTENENTES NAS RELAÇÕES ORGANIZACIONAIS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Layla Maria de Sousa Santos⁶

RESUMO

As Polícias Militares tem estrutura hierarquizada, dividida basicamente entre Oficiais e Praças. Existe distinção entre funções dentro de um mesmo quadro, assim Sargentos e Subtenentes são responsáveis por fiscalizar as atividades de Soldados e Cabos, independente de serem todos Praças. Essa característica enseja dúvidas sobre a efetividade das funções de fiscalização, analogamente ao que ocorreu com os capitães do mato dentro da estrutura social escravocrata. Esses homens provocavam desconfiança dos senhores em virtude da sua proximidade social e étnica com os seus vigiados e eram mal vistos pelos escravos por terem “traído” suas origens e servirem aos interesses da elite social. Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa descritiva realizada por meio de aplicação de questionários a Soldados, Cabos, Sargentos, Subtenentes e Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. O objetivo é compreender os impactos acarretados pela ambiguidade funcional dos Sargentos e Subtenentes nas relações organizacionais da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar do Distrito Federal; Segurança Pública; Ambivalência funcional; Relações organizacionais.

ABSTRACT

Military Police Forces have a hierarchical structure divided into two careers: Officers and Enlisted Men. There are different tasks within the same career, so Sergeants and Sublieutenants are responsible for supervising Soldiers and Corporals, although they are in the same career. This feature is a source of doubts about the effectivity of supervision functions, much like what occurs with bush captains during slavery. Those men generated mistrust of the former slave-owners because they were freed slaves just like the ones they had to monitor. On the other hand, the slaves felt they had been betrayed by bush captains. Therefore, this article presents the results of descriptive research developed through application of questionnaires to Soldiers, Corporals, Sergeants, Sublieutenant and Officers of the Federal District Military Police. The aim is to understand how the Sergeants and Sublieutenants functional ambiguity impacts on organizational relationships in the institution.

KEYWORDS: Federal District Military Police; Public Security; Functional Ambivalence; Organizational Relationships.

⁶Oficial da Polícia Militar do Distrito Federal. Especialista em Segurança Pública e Cidadania e em Gestão Pública pela Universidade de Brasília, com MBA em Gestão de Pessoas pela Fundação Universa. Email: laylamssantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

A estrutura organizacional da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), fundamentada na hierarquia, é baseada na divisão dos militares por postos e graduações e é permeada pelas relações interpessoais nas quais um detém o controle sobre o outro, devendo, portanto, fiscalizá-lo. Assim como em algumas empresas e outras corporações, na PMDF, a nomenclatura dos cargos (ou dos postos e graduações, neste caso) precede as funções executadas e até mesmo os requisitos formais necessários para ocupá-los. A estrutura de cargos está dividida, basicamente, em um quadro de Praças e outro de Oficiais. Essa diferença de quadros provoca tensão entre comandados e comandantes, “oprimidos e opressores”, comum também em outras organizações.

Os Sargentos e Subtenentes são, por força normativa, responsáveis por fiscalizar a execução das tarefas realizadas pelos Cabos e Soldados, ou seja, mesmo fazendo parte do mesmo quadro (o de praças) há a diferenciação das tarefas e a relação entre as diferentes graduações é marcada pela hierarquia. Dessa relação decorre a essência controversa das atribuições dos Sargentos e Subtenentes, que são responsáveis por fiscalizar colegas de quadro. Assim sendo, Sargentos e Subtenentes das Corporações Militares estão em uma espécie de “limbo” funcional, uma vez que eram executores (Cabos e Soldados) e passaram a ser fiscais após serem promovidos por tempo de serviço.

Este artigo destinou-se a analisar um modesto recorte desse emaranhado de interações funcionais que compõem a PMDF. Por meio de pesquisa de campo aliada a alicerces teóricos e análise documental, buscou-se avaliar os impactos da ambivalência funcional dos Sargentos e Subtenentes nas relações organizacionais dessa instituição.

APANhado HISTÓRICO E CONCEITUAL

Não há apenas uma definição sobre o que é polícia e do que ela se ocupa. Agências policiais existem em praticamente todo o mundo, mas cada sociedade tem seu modelo de policiamento. Neste ponto, há que se fazer a distinção entre função policial e instituição policial, uma vez que as atribuições de polícia não recaem somente sobre instituições policiais. Exemplos disso são os órgãos de fiscalização, como é o caso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária⁷ (ANVISA). A função policial existe desde as sociedades mais primitivas, mas nem sempre foi executada por uma agência policial. Segundo Reiner (2004), as atribuições policiais passaram a ser mais evidentes a partir da chamada divisão social do trabalho⁸, no entanto, instituições policiais estruturadas especificamente para a execução do policiamento só passaram a existir com a centralização político-administrativa, ou seja, o surgimento do Estado-

⁷ A ANVISA tem poder de polícia uma vez que exerce função reguladora e fiscalizadora de direitos individuais e coletivos com o objetivo final de promoção de saúde e qualidade de vida da sociedade.

⁸ Para saber mais, ler Durkeim (2004). O autor examina as funções existentes no seio da sociedade e as define como mecanismo de coesão social.

Nação⁹. A fórmula institucional experimentada no século XIX se consagra a ponto de, ao fim dos anos 1800, quase todos os países já contarem com ao menos uma instituição policial. A partir do século XX, a discussão se voltou para o tema da modernização das polícias.

Bayley (2006, p. 20), conceitua polícia como “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação da força física”. Assim, o uso da força, ou a autorização para usá-la, é característica central da instituição policial, muito embora outros agentes sociais também tenham tal autorização. Bayley (2006) afirma ainda que ser pública, profissional e especializada são as três características essenciais das instituições policiais modernas. O fato de ser pública não se refere somente à autorização coletiva do uso da força, mas fundamentalmente à natureza da agência. Em outros termos, diz respeito a quem financia e gere essa instituição. A profissionalização refere-se à preparação para o desempenho das funções como seleção, treinamento e carreira estruturada. Já a especialização é uma característica relacionada ao controle do comportamento social por meio do uso (mesmo potencial) da força física. Uma polícia não especializada faz muitas outras coisas além de aplicação de coerção física. Frisa-se que raras são forças policiais totalmente especializadas, seja por exercer atividades diversas da coerção, em função da necessidade de se adaptar às demandas sociais; seja por terem um processo de especialização incompleto devido à similaridade com as forças militares de defesa externa, o que é o caso do Brasil.

Historicamente, as Polícias Militares brasileiras tendem a se comportar de forma mimética¹⁰ em relação às Forças Armadas e parte desse processo envolve a assimilação de ritos, manuais e a estruturação administrativa. As primeiras agências policiais brasileiras foram criadas em virtude da vinda da Família Real. Em 1808, foi fundada a Intendência-Geral de Polícia da Corte e, em 1809, a Divisão da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, que são os embriões das instituições conhecidas hoje como Polícia Civil e Polícia Militar, respectivamente.

Após a renúncia de Dom Pedro I, em 1831, devido a pouca idade de seu sucessor, iniciou-se o Período Regencial. Aproveitando o cenário de indefinições políticas, a Guarda Real de Polícia, por duas vezes, se insurgiu contra o a Regência Provisória promovendo saques e gerando insegurança e medo na cidade do Rio de Janeiro¹¹. O levante provocou a criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes e a extinção da Guarda Real de Polícia¹². Em 18 de outubro de 1832, Tenente-Coronel do Exército Luiz

⁹ Definição originada a partir do conceito de “Estado da Razão” concebido pelo Movimento Iluminista. Trata-se de território com fronteiras bem definidas, ocupadas por uma população coesa e por um governo próprio.

¹⁰ Mimetismo organizacional é a tendência das organizações que pertencem ao mesmo campo de tornarem-se semelhantes. Esse comportamento pode ser provocado por três fatores, essencialmente: a coerção, no caso de uma organização ser subordinada à outra; profissionalização, que implica na produção de saberes essenciais ao exercício da função e, portanto, a existência de uma “Escola”; e aspressões políticas de toda ordem.

¹¹ Para saber mais ver Collecção de Leis do Império do Brazil, 1873.

¹² “Em 1866, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes ganhou a denominação Corpo Militar de Polícia da Corte e, em 1920, recebeu a designação de Polícia Militar” (COSTA, 2004, p. 87).

Alves de Lima e Silva¹³ foi nomeado comandante do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, permanecendo na função por oito anos. Essa sequência de acontecimentos foi determinante para a militarização da polícia como forma de controlar e disciplinar seus integrantes (COSTA, 2004). Ainda durante o Segundo Reinado, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes passou a ser empregado com força auxiliar do Exército, utilizando de sua prerrogativa do uso da força tanto externa quando internamente, inclusive em confrontos de grande vulto como foi a Guerra do Paraguai (MUNIZ, 2001).

A partir da Constituição republicana de 1891, o Brasil passou a adotar o modelo federalista descentralizado e os Estados adquiriram mais autonomia, inclusive para adaptarem as suas agências policiais às peculiaridades regionais. Na Era Vargas (1930-1945), a Revolução Constitucional de 1932¹⁴ teve profundo efeito sobre a polícia, uma vez que esse episódio reforçou a ideia de submeter, militarmente, os Estados ao Presidente. Durante o Estado Novo, todo o aparato repressivo, principalmente voltado à dissidência política, foi centralizado no Distrito Federal (ainda no Rio de Janeiro) sob a égide da Polícia Civil do DF que, a partir de 1933, subordinou-se diretamente a Getúlio Vargas (COSTA, 2004). A Constituição Federal de 1934 já definiu as Polícias Militares como forças auxiliares e reservas do Exército e, como resultado dessas mudanças, essas agências policiais passaram progressivamente ao controle do Exército e as Polícias Cíveis, ao do Presidente. Já no período do Governo Militar (1964 – 1985), as Forças Armadas assumiram a repressão política e submeteram ainda mais as Polícias Militares, principalmente com a criação da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) em 1967.

O padrão burocrático-militar como modelo administrativo adotado pelas Polícias Militares tem dois pilares: hierarquia e disciplina. A hierarquia é implantada pela divisão dos militares por postos (para Oficiais) e graduações (para Praças). Em que pese a estrutura administrativa e os modelos de formação e especialização dos policiais militares terem sido implementados mimeticamente pautados no militarismo¹⁵, existe uma dinâmica própria nas relações organizacionais estabelecidas entre esses policiais. Isso porque a natureza da atividade exige adaptações, bem como a criação de códigos próprios. No entanto, os policiais militares do DF estão submetidos ao Regulamento Disciplinar do Exército¹⁶.

Assim como maioria das polícias brasileiras, a PMDF obedece à mesma estrutura hierárquica funcional do Exército, com algumas variações (Tabela 1). Os policiais militares chamados de “combatentes”¹⁷ estão divididos em dois quadros: o de Praças e o de Oficiais, por isso, existem duas

¹³ Mais conhecido como Duque de Caxias (ou Marechal de Ferro), ganhou notoriedade por debelar movimentos revolucionários e por comandar os exércitos argentino, brasileiro e uruguaio (Tríplice Aliança) na Guerra do Paraguai. É considerado Patrono do Exército Brasileiro.

¹⁴ A Revolução Constitucional de 1932 foi um dos conflitos armados brasileiros e ocorreu em resposta à Revolução Militar de 1930 que depôs o Presidente eleito Washington Luís e deu início à Era Vargas. A Força Pública de São Paulo, contrária ao governo provisório instituído por Getúlio Vargas, enfrentou o Exército que era apoiado pela Força Militar gaúcha (Brigada) e pela Polícia militar de Minas Gerais.

¹⁵ Muniz (2001, p. 182) explica que “militarismo” é uma palavra inserida no jargão policial, utilizada como uma designação informal da ideologia militar.

¹⁶ Decreto n.º 4.346 de 26 de agosto de 2002, aplicado à PMDF por força do Decreto Distrital n.º 23.317 de 25 de Outubro de 2002.

¹⁷ São considerados policiais militares combatentes os inseridos no Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e no Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes (QPPMC). Essa designação os diferencia dos policiais

formas de ingresso na Corporação, ambas por meio de concurso público de nível superior, o que guarda semelhanças com o modelo adotado por grande parte dos órgãos públicos brasileiros, que tem carreiras de técnico e de analista.

Tabela 1

OFICIAIS	POSTOS
	Coronel
	Tenente-Coronel
	Major
	Capitão
	1º Tenente
	2º Tenente
PRAÇAS	GRADUAÇÕES
	Subtenente
	1º Sargento
	2º Sargento
	3º Sargento
	Cabo
Soldado	

Segundo Freire (2009), três paradigmas¹⁸ influenciaram a formulação de leis e políticas de segurança nos últimos cinquenta anos: o da Segurança Nacional, adotado pelo Governo Militar; o da Segurança Pública, prescrito na Constituição Federal de 1988 (CF/88); e o da Segurança Cidadã, abordagem mais moderna da atividade policial com foco no policiamento comunitário¹⁹. A Segurança Nacional está edificada no dever do Estado de neutralizar qualquer ameaça (inimigo externo ou interno) à soberania e aos interesses nacionais. A CF/88 alterou o modelo para a Segurança Pública, voltado para a manutenção da ordem e “combate à criminalidade”. No entanto, o paradigma da Segurança Nacional foi superado apenas formalmente, uma vez que a Constituição incorporou todas as agências estatais, inclusive as policiais, e não promoveu as reformas necessárias ao cenário de mudança (CHOUKR; AMBOS, 2004). Atualmente, muito se discute acerca da Segurança Cidadã, pois o paradigma da Segurança Pública voltado à “guerra contra o crime” tem sido questionado. Segundo Alves e Evanson (2013), essas ações meramente repressivas tem “o efeito de Sísifo²⁰”, uma vez que os policiais conseguem evitar e reprimir crimes, mas não podem estar em todos os lugares ao mesmo tempo e, quando deixam determinado local onde atuaram, invariavelmente os delitos voltam a ocorrer.

militares que ingressaram na Corporação para composição de quadros considerados auxiliares, como é o caso dos médicos, veterinários, capelães e etc. Em suma, policiais militares combatentes são aqueles que foram selecionados e treinados para a execução da atividade-fim: policiamento.

¹⁸ A autora conceitua paradigma como “crenças, valores e conceitos que predominam no governo e na sociedade em determinada localidade e período”, distinguindo da definição de política pública (FREIRE, 2009, p. 102).

¹⁹ Para saber mais, ler Skolnick e Bayley (2006).

²⁰ Segundo a mitologia grega, Sísifo foi castigado por Hermes por ter mentido para Hades, deus das sombras, para voltar ao mundo dos vivos. O castigo foi a condenação a empurrar eternamente uma enorme pedra até o topo de um cume, no entanto, sempre que alcançava o ápice, a pedra rolava e voltava à base do monte e, assim, a tarefa não teria fim.

Há uma dimensão mítica envolvendo a atividade policial, notadamente, em função do arquétipo do herói que enfrenta o bandido. Nas palavras de Bastazin (1998, p.83), o mito integra um “conjunto de fenômenos cujo sentido é difuso, pouco nítido e múltiplo”, assim como é a natureza da atividade policial. Mas não é só no imaginário social que o policial é o profissional que passa os seus dias perseguindo criminosos, envolvido em tiroteios e resgatando vítimas em perigo. Os próprios policiais acreditam que as atividades criminais de grande gravidade são o cerne da sua profissão (MONET, 2001), em que pese a maior parcela das ocorrências atendidas pelas Polícias Militares seja de fatos não criminais ou crimes de baixa lesividade (MUNIZ; SILVA, 2010).

O indivíduo tende a escolher carreiras que, no seu entender, exijam desempenho de tarefas compatíveis com as habilidades que ele reconhece possuir. Compreender o que o profissional faz, qual a sua rotina e a sua dinâmica de trabalho é essencial para identificar se as aptidões individuais são compatíveis com as competências exigidas. No caso dos policiais, percebe-se que isso é uma tarefa difícil, pois o senso comum abraça definições imprecisas sobre o que a polícia faz e a ideia que se tem da atividade não necessariamente condiz com o cotidiano dos policiais.

Em pesquisa realizada no âmbito da PMDF, com soldados recém-ingressos, foi evidenciado que 94% dos participantes do estudo prestaram outros concursos públicos, em diversas áreas, o que pode evidenciar a pretensão de se alcançar a estabilidade oferecida pelo serviço público e não exatamente a vontade específica de ser policial militar (SANTOS, 2012). Conclusão parecida foi apresentada por Rossi (2001) em sua pesquisa com alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), na qual identificou que o principal fator determinante na escolha pela carreira militar é a estabilidade. Os pesquisados “influenciados pelas pressões sociais e flutuações do mercado de trabalho, vinculam demasiadamente a seguridade da carreira militar com as oscilações do mercado” (ROSSI, 2001, p. 108).

“A polícia é uma instituição sem objetivos próprios, que obedece aos definidos pela autoridade política à qual esta subordinada” (MONJARDET, 1996 *apud* RUDNICKI, 2007), isso ocorre, essencialmente, em virtude de não existirem definições claras do que é ou não atribuição da polícia. A polícia pode fazer qualquer coisa que seja possível encaixar na expressão “manutenção da ordem”, que é suficientemente genérica e abrangente para compreender toda sorte de atribuições que a conjuntura sociopolítica demandar.

Mesmo diante da ineficiência de diversas instituições públicas, é sobre os ombros da polícia que recai a cobrança por maior segurança e menos violência. Isso influencia a imagem da instituição e a percepção dos cidadãos em relação à polícia, estigmatizando seus membros. Soma-se a isso o fato de a polícia ser o agente estatal responsável pela aplicação da lei, cerceando direitos e liberdades individuais, o que comumente causa desconfortos e até constrangimentos. A marca infamante que essa profissão carrega está também associada ao fato de ser considerada de pouca importância e baixa complexidade. Para o senso comum, a atividade policial requer baixo grau de instrução formal, pois aplica técnicas e métodos pouco elaborados ou sem refinamento (BITTNER, 2003). Não obstante, as polícias são comumente classificadas como ineficientes, corruptas e abusivas.

A PESQUISA

Foi realizada pesquisa descritiva, do tipo qualitativa-quantitativa, sobre a natureza das atividades de fiscalização executadas pelos Sargentos e Subtenentes da PMDF e os impactos disso nas relações organizacionais. O objetivo foi avaliar as percepções dos participantes da pesquisa acerca do papel funcional dos Sargentos e Subtenentes, considerando três perspectivas diferentes: a dos próprios fiscais (Sargentos/Subtenentes), a dos policiais fiscalizados por eles (Soldados/Cabos) e a dos Oficiais, que são responsáveis por fiscalizar os fiscais. O método utilizado para coleta de dados foi o questionário anônimo, escolhido pela possibilidade de comparação entre as respostas dos três grupos de pesquisados para que os resultados fossem revestidos de maior confiabilidade e legitimidade. Foi necessário fazer algumas adequações na apresentação das questões para os três grupos de respondentes devido às diferentes posições que os participantes da pesquisa ocupam na escala hierárquica da Corporação. Foram aplicados trinta questionários (dez para cada grupo de respondentes) todos considerados válidos para os fins da pesquisa.

A aplicação dos questionários ocorreu no Centro de Altos Estudos e Aperfeiçoamento da Polícia Militar (CAEAp/PMDF), unidade responsável por promover cursos de especialização e aperfeiçoamento para os policiais militares de todos os postos e graduações. Os questionários foram aplicados somente a policiais militares que estão lotados em Unidades Operacionais, ou seja, Batalhões com responsabilidade de executar o policiamento (atividade-fim), visto que é nesse tipo de Unidade que as relações hierárquicas são mais acentuadas e onde Soldados e Cabos são necessariamente fiscalizados por Sargentos e Subtenentes, e esses, por sua vez, são fiscalizados pelos Oficiais.

RESULTADOS

Foram construídos gráficos para representar quantitativamente os dados coletados por meio dos questionários. O parâmetro utilizado foi o número de participantes que concordou ou concordou totalmente com as assertivas apresentadas. Para fins de análise, quando cinco ou mais participantes da pesquisa responderam que concordam ou concordam totalmente com a afirmativa apresentada, considerou-se alto grau de concordância e a mesma regra foi utilizada para definir baixo grau de concordância.

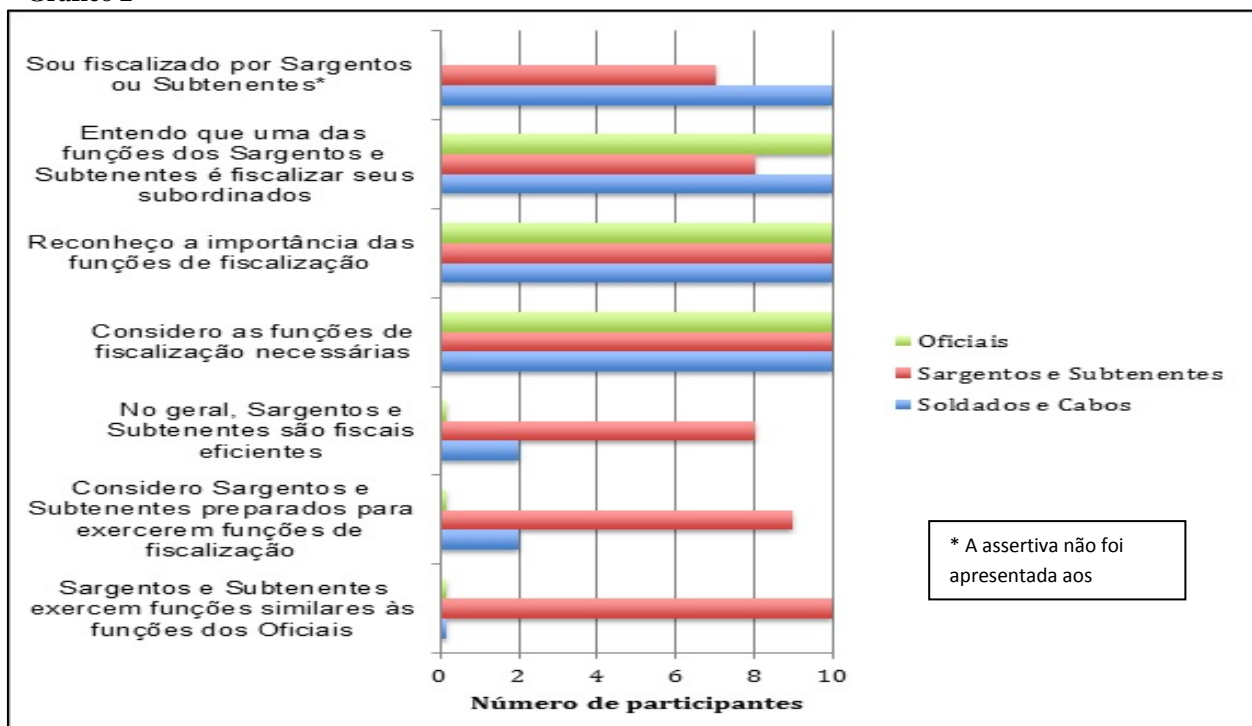
Segundo os dados coletados, os respondentes dos três grupos afirmaram ser vocacionados para a profissão policial militar. Apesar disso, entre os Soldados/ Cabos apenas um concordou ou concordou totalmente com a assertiva “estou satisfeito profissionalmente” e somente três pretendem permanecer na corporação até a inatividade.

Gráfico 1



Mesmo exercendo atividades distintas e ocupando posições diferentes na escala hierárquica, os respondentes apresentaram reação semelhante no tocante à valorização profissional (ou a falta dela) e, em suas respostas, demonstraram que o sentimento de desvalorização é compartilhado por todos, independentemente do grau hierárquico.

Gráfico 2



O tópico merece destaque diante da análise dos dados, pois nenhum Soldado/Cabo respondeu que concorda ou concorda totalmente com a assertiva “sinto-me valorizado dentro da corporação”, apenas dois Sargentos/Subtenentes e três Oficiais concordam ou concordam totalmente. O sentimento de desvalorização também se reflete na pouca concordância dos respondentes com a assertiva “gostaria que meu filho seguisse a mesma carreira”.

Sobre o papel funcional dos Sargentos e Subtenentes, os três grupos apresentaram alto grau de concordância em relação às assertivas “entendo que uma das funções dos Sargentos e Subtenentes é fiscalizar seus subordinados”; “reconheço a importância das funções de fiscalização” e “considero as funções de fiscalização necessárias”.

Por outro lado, as respostas apresentaram considerável índice de divergência em relação à eficiência e o preparo dos Sargentos e Subtenentes enquanto fiscais, bem como, acerca da similaridade das funções dos Sargentos/Subtenentes e dos Oficiais. Os Sargentos e Subtenentes percebem suas atividades mais efetivas e relevantes do que transparece aos outros dois grupos. Isso quer dizer que os Sargentos e Subtenentes gozam de pouco reconhecimento profissional, tanto por parte dos subordinados como dos superiores, o que corroborado pelo baixo grau de concordância apresentado por eles em relação à afirmação “meu trabalho é reconhecido pelos meus superiores”.

Incumbir Sargentos e Subtenentes da função de fiscalizar outras praças mais modernas é uma tentativa de lidar com a discricionariedade experimentada pelos policiais durante as atividades de policiamento. Analogamente, no período histórico denominado Brasil-Colônia, houve a criação de milícias formadas pelos capitães do mato, especializadas em vigiar e recapturar escravos foi uma estratégia repressiva que, mesmo não conseguindo eliminar fugas, serviu para mantê-las em um patamar aceitável (REIS, 1996).

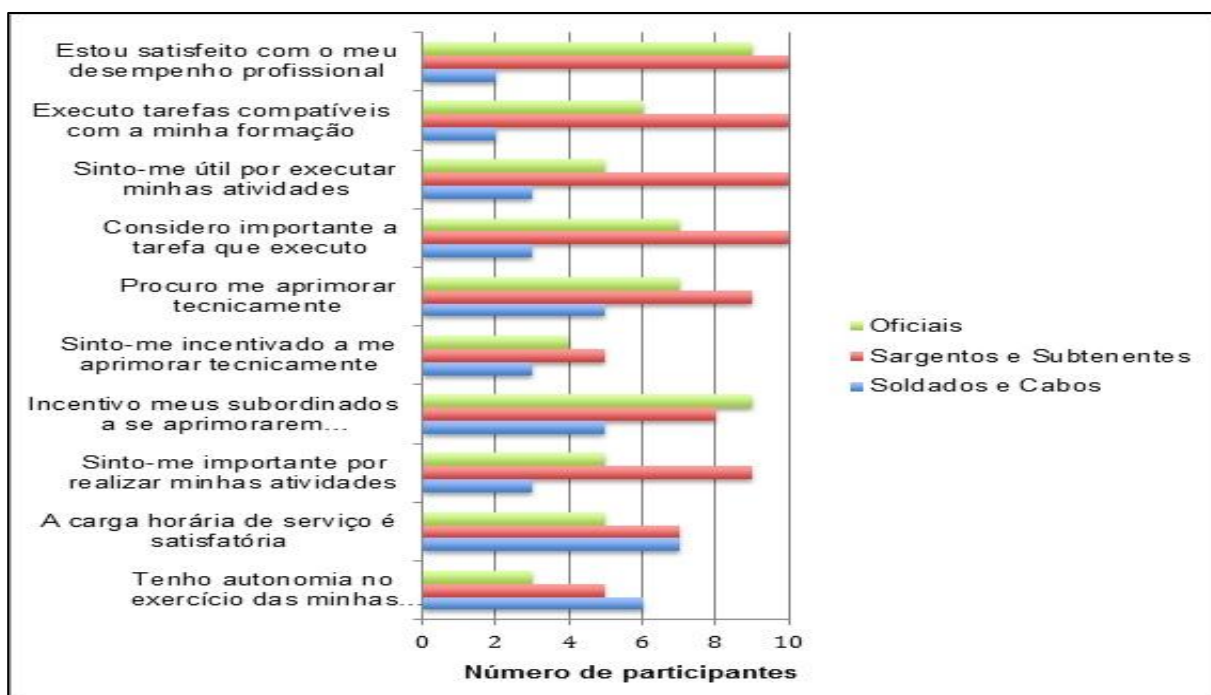
No início do século XVIII, notadamente em virtude do surgimento dos quilombos, as fugas de escravos tornaram-se mais frequentes, o que motivou a instituição do cargo de capitão do mato. Esses ex-cativos eram recompensados financeiramente quando conseguiam recapturar escravos fugitivos e quilombolas. Eram, portanto, negros que ascenderam alguns degraus na hierarquia social e assumiram um trabalho remunerado, mas que gozavam de pouquíssimo prestígio na estrutura escravocrata brasileira. Ser escravo liberto e, portanto, conhecedor da realidade das senzalas e das técnicas de fuga, era fator estratégico para os capitães do mato. Essa proximidade social com seus “alvos”, todavia, era causa de desconfiança por parte dos senhores de escravos.

O Estatuto da PMDF, em seu art. 38, esclarece quais são as atribuições dos Subtenentes e Sargentos na instituição:

Art. 38 - Os Subtenentes e Sargentos auxiliam ou complementam as atividades dos Oficiais, quer no adestramento e emprego de meios, quer na instrução e administração.
Parágrafo único - No exercício das atividades mencionadas neste artigo e no comando de elementos subordinados, os Subtenentes e Sargentos deverão impor-se pela lealdade, pelo exemplo e pela capacidade técnico-profissional, incumbindo-lhes assegurar a observância minuciosa e ininterrupta das ordens, das regras do serviço e das normas operativas pelas Praças que lhes estiverem diretamente subordinadas e a manutenção da sua coesão e do seu moral, em todas as circunstâncias.

Ao tratar dos Cabos e Soldados, o mesmo diploma legal limita-se a dizer que são “essencialmente elementos de execução”. Apesar disso, diuturnamente, Soldados e Cabos atendem e conduzem ocorrências de acordo com o seu entendimento, com as técnicas que dominam e com o julgamento que fazem dos fatos. Estando ou não acompanhados de Sargentos, Subtenentes e/ou Oficiais, foi conferido poder de polícia²¹ aos policiais que se encontram na base da escala hierárquica, o que lhes autoriza a executar toda e qualquer ação referente à manutenção da ordem pública. Mas, em que pese essa seja a realidade de trabalho, as normas ainda os retratam, pura e simplesmente, como cumpridores de ordens.

Gráfico 3



Como pode ser visto no Gráfico 3, com exceção das assertivas acerca da autonomia e a carga horária, todas as demais respostas dos Soldados e Cabos referentes à avaliação técnico- profissional apresentaram menor grau de concordância do que as dos outros grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não bastasse o estigma da profissão, os Sargentos e Subtenentes da PMDF ainda têm que lidar com desconfianças internas e o pouco reconhecimento profissional tanto de seus comandados e

²¹ Faculdade discricionária da qual o Estado e seus agentes dispõem para restringir direitos individuais pelo bem da coletividade ou em benefício da própria administração pública.

fiscalizados como de seus comandantes e fiscais. A ambiguidade funcional vivenciada por eles é fato causador de tensões internas, analogamente ao que ocorreu em relação aos capitães do mato na estrutura social escravocrata.

Assim como os capitães do mato, Sargentos e Subtenentes, antes de galgarem algumas posições hierárquicas, foram Soldados e Cabos, o que lhes conferiria a referida perícia e a capacidade de identificar subterfúgios e falhas na execução do serviço. A ascensão atribui mais autoridade hierárquica aos graduados, mas não necessariamente é sinônimo de prestígio e reconhecimento. Além disso, existe a suspeição de que sejam complacentes com seus antigos colegas.

A condição de auxiliares e substitutos dos Oficiais é vivenciada de forma empírica e condicionada a ordens circunstanciais, uma vez que não há definição de quais são as funções dos Sargentos e Subtenentes na estrutura da PMDF. Existe apenas as previsões do Estatuto que os apresenta como responsáveis pela disciplina e pelo cumprimento das normas internas. Isso é resultado do mimetismo isomorfo em relação à organização do Exército Brasileiro, na qual, Soldados e Cabos tem quase nenhuma autonomia, devendo consultar seus superiores imediatos sobre eventuais intercorrências durante o serviço. Na PMDF, Sargentos e Subtenentes exercem funções mal (ou não) prescritas devendo fiscalizar policiais que “nas ruas” tem a mesma autoridade estatal que eles. Existe, portanto, um pseudo-poder que não é necessariamente reconhecido pelos Soldados e Cabos, além de ser questionado pelos Oficiais.

Sargentos e Subtenentes demonstraram que se sentem desvalorizados e pouco reconhecidos, no entanto, não se pode atribuir tais resultados à ambiguidade funcional, uma vez que os outros dois grupos de participantes apresentaram o mesmo padrão de respostas.

A fiscalização, função central da atividade dos Sargentos e Subtenentes, é uma alternativa para controlar ações e lidar com o alto grau de discricionariedade que os policiais militares detêm. No entanto, a lógica parece subvertida, pois tal poder é conferido aos policiais, em todos os níveis hierárquicos, em decorrência da natureza das ações de policiamento, ou seja, é parte indissociável da atividade policial.

O que se pensa ser a atividade policial nem sempre coincide com a realidade das ações desempenhadas. O “caçador de bandidos” muitas vezes dá lugar ao mediador, prestador de informações, conciliador, até porque, existe uma tendência de criminalização dos conflitos sociais para que passem a ser “assunto de polícia”. O próprio treinamento tende a ser voltado para as competências e não para o que a polícia faz de fato. No entanto, as competências são essencialmente normativas (o que deveria ser, e não o que é). Em suma, a real atribuição da polícia pode não ser exatamente aquela que o policial acredita ser sua missão.

É importante valorizar os policiais “ponta de linha” e reconhecer a discricionariedade e a autoridade que possuem, treinando-os com foco em situações rotineiramente enfrentadas por eles e não somente para confrontos armados e fiel execução de ordens. No entanto, os efeitos de tais modificações seriam inócuos sem mandatos específicos para atuação das polícias e,

consequentemente, normas e códigos de conduta que possam pautar o treinamento, a atuação e a responsabilização, quando for o caso.

Por fim, ressalta-se que este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, tampouco apresentar soluções, mas sim de fomentar discussões sobre a temática abordada, provocando reflexões e, quem sabe, mudanças na estrutura organizacional da PMDF.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado**: moradores de favelas, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro. São Paulo: Unesp, 2013.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: Edusp, 2006.

BASTAZIN, Vera. **Mito e poética na literatura contemporânea**: um estudo sobre José Saramago. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

BITTNER, Ergon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 14, 1873.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 19 dez. 1935.

_____. **Decreto-Lei n. 66.862**, de 8 de julho de 1970. Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). Coleção de Leis do Brasil, p. 24, v. 6.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CHOUKR, Fauzi; AMBOS, Kai. **Polícia e Estado de Direito na América Latina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

COSTA, Arthur. **Entre a lei e a ordem**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Arthur, et al. Novos padrões de seleção na Polícia Militar do Distrito Federal. **Diversidade & Desigualdade** –Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 11, p. 115-132, ago./dez. 2012.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Moema. Paradigmas da segurança pública no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

MONET, Jean. **Polícias e Sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001.

MONJARDET, Dominique. **Ce que fait lapolice**: sociologie de la force publique. Paris: La Découverte, 1996.

_____. **O que faz a polícia?** São Paulo: EDUSP, 2003.

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser**. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. A crise de identidade das Polícias Militares Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, vol. 1, p. 177-198, winter, 2001.

PORTO, Maria. **Condutas Policiais e Códigos de Deontologia**. Um estudo comparativo sobre as relações entre polícia e sociedade. Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública. Brasília, Relatório final de pesquisa, 2006.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

REIS, João. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Povo Negro – **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev. 1996.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

ROSSI, Regiane. **Vocação, tradição ou profissão**: um estudo sobre a escolha profissional e a evasão escolar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

RUDNICKI, Dani. **A formação social de oficiais da Polícia Militar**: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Layla. **O ingresso dos policiais militares com nível superior na Polícia Militar do Distrito Federal e os conflitos entre gerações**. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do Imperador: D. Pedro II**, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, José; GALL, Norman. Incentivos perversos e segurança pública. **Braudel Papers**. n. 22, p. 3-13, 1999.

SKOLNICK, Jerome; BAYLEY, David. **Policamento comunitário**. São Paulo: Edusp, 2006.